

Camponeses, mediadores e Estado **

0. INTRODUÇÃO

A problemática do desenvolvimento e da participação democrática apresentar-se-ia enviesada se se prescindisse das questões relativas aos seus protagonistas e beneficiários, aos métodos e processos utilizados e, em particular, aos obstáculos que impeçam um desenvolvimento participado.

Entre os obstáculos mais viscosos e duradouros que, de modo recorrente, se têm verificado em diversas sociedades, designadamente na portuguesa, sobressai o clientelismo¹. Não tendo em conta este sistema de vinculação e dependência do cliente face a uma pessoa influente, denominada patrono, a acção dos camponeses e demais actores locais, designadamente a sua posição de alinhamento sócio-político tradicional e, em regra, «conservador» no Portugal contemporâneo, não poderia ser compreendida e explicada.

Embora em contextos e sob formas diferentes, o sistema patrocinal, sem constituir um fenómeno ubíquo e universal, tem sido co-presente a dife-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

** Esse texto, apresentado ao I Congresso Luso-Afro-Brasileiro, em Coimbra, e ao XII Congresso Mundial de Sociologia, em Madrid, em 1990, faz parte integrante de um projecto de investigação sobre os factores explicativos do comportamento sócio-político «conservador» da maioria dos camponeses minhotos. Uma versão resumida do mesmo será publicada no livro *Democracy, Clientelism and Civil Society*, Lynne Rienner (no prelo).

¹ A respeito da evolução política contemporânea em Espanha, cf. Romero-Maura, 1977, pp. 53-62, e sobretudo Costa, 1984, pp. 20 e 229, para quem o caciquismo, enquanto forma de exercício de poder, situar-se-ia no reino da discricionariedade, ou seja, nas antípodas da democracia e da liberdade.

Entre os poucos artigos e breves referências publicados em Portugal sobre o patrocínio e a mediação política refiram-se Cutileiro, 1977, pp. 171 e segs., Riegelhaupt, 1979, pp. 503-523, Sobral e P. Almeida, 1982, pp. 649-672, Pinto, 1985, pp. 395-400, Almeida, 1986, pp. 361 e segs., e nós próprios, Silva e Van Toor, 1982, pp. 212 e segs., 1988, pp. 51-81, Silva, 1987, pp. 437-445, e, entretanto, Lopes, 1991, pp. 127-137. Sobre o poder local, cf. Mozzicafredo *et al.*, 1990, pp. 613-625; a nível mais macrossociológico, as relações entre sociedade e diversas formas de domínio estatal e suas expressões jurídicas têm sido sobremancira analisadas por Santos, 1982, pp. 9-40.

rentes tipos de sociedades, desde as patrimonialistas de ordenação patrícia, passando pelas feudais-aristocráticas e colonizadas, até às actuais formas, com diversos graus de dependência: mais acentuados nos sistemas de latifúndio, menos visíveis e marcantes nas sociedades agrário-camponesas de minifúndio ou ainda nas sociedades industriais modernas ².

Transpondo-nos para a época contemporânea em Portugal, e tendo em conta o processo de formação e centralização do moderno Estado-Nação, duas aldeias do Noroeste português, ficticiamente denominadas Aguaril, no Baixo Minho, e Selima, no Alto Minho, foram objecto de estudo durante um trabalho de campo realizado em 1984 e 1985, seguido de pequenas estadas complementares. Empiricamente evidente é o facto de ambas as aldeias, embora lentamente, terem sofrido determinadas mudanças na sua configuração, bem como no seu relacionamento com o exterior, o que nos remete para a seguinte questão: que vias e métodos tornaram possível a intromissão das instituições camarárias e estatais, que actores internos se aliaram ou se prestaram a colaborar com as forças exteriores interessadas nos referidos processos de mudança e submissão?

Certos autores, como Lerner, Banfield e Rogers, nas suas teorias pró-modernização ³, defendem que seriam os elementos da elite local, enquanto possuidores de recursos materiais, educacionais ou simbólicos, que se tornariam os inovadores e os difusores de processos de modernização sócio-económica e política de colectividades (ainda) impregnadas dos valores do que Redfield (1956, pp. 41 e segs.) designa de «pequena tradição». Sucede, porém, que em determinadas formações e períodos históricos têm sido justamente certos notáveis locais que, em função das suas posições de domínio, têm liderado, ora processos de libertação anticolonial, ora de resistência a processos de modernização e de incorporação na economia e

² Acerca das relações de dependência na Idade Média em Portugal, ainda que não tão vinculativas como noutros países, cf. Castro, 1978, pp. 45 e segs., e 1980, Mattoso, 1985, pp. 79 e segs. Sobre a relativa autonomia de Selima ao tempo da formação da nacionalidade, confirmam-na as inquirições: «A paróquia, com os seus 10 casais, não conhecia outro senhor senão el-rei», in *Inquiritiones*, I, pp. 413-414, in Coelho, 1984, pp. 13.

Juntamente com outras duas (Entreposta e Bretonha), Selima constitui uma das três aldeias da freguesia de Belinhas, todas elas ficticiamente denominadas. A descodificação das abreviaturas é a seguinte: AA=actas de Aguaril; AS=actas de Selima; DEM=documento de empraçamento; IOA=inventário orfanológico de Aguaril; P=processo; S=secção; M=maço; fl.=folhas; TB=Tribunal de Barcelos; TPB=Tribunal de Ponte da Barca; AB= acta da Câmara de Barcelos; APB=acta da Câmara de Ponte da Barca, APBE=acta da comissão executiva da Câmara de Ponte da Barca; ACA=actas de casamento de Aguaril; ACS=actas de casamento de Selima; RLA/PB=registo de licenças administrativas de Ponte da Barca; RV/PB=registo de licenças de veículos de Ponte da Barca; RPA=registos de processos aduaneiros; NTPB=notário de Ponte da Barca.

³ Lerner, 1958, pp. 49 e segs.; Banfield, 1958; Rogers, 1969, pp. 292 e segs. A posição de Banfield é rebatida por Silverman, 1968, pp. 1-20. Entre os críticos das teorias da modernização através da difusão cultural ou pela inovação tecnológica iniciada pelos moradores económica ou politicamente mais providos, cf. ainda, entre outros, Wertheim, 1971, e Migdal, 1974, pp. 149 e segs. Em termos macroeconómicos e macrosociológicos, cf. igualmente as pertinentes críticas à teoria da modernização de Rostow por parte de Frank, 1967, e de Tipps, 1973, pp. 199-226.

sociedade envolventes. Daí a necessidade de ter em conta as condições que possibilitam aos mediadores-guia tornar ou não viáveis esquemas de inovação e laços de interacção eficaz entre as comunidades e as instituições municipais e estatais ou seus representantes, cujas incursões têm provocado da parte de colectividades como Aguaril e sobretudo Selima respostas diferenciadas. De acordo com o papel assumido pelos mediadores locais, e sem que à delimitação cronológica corresponda uma esquematização conceptual pura, distinguirei as seguintes fases: (i) uma primeira, de defesa da autonomia aldeã, em que os patronos e mediadores locais, embora conjuntamente possam servir de elos de contacto com as instituições camarárias e centrais, funcionam basicamente como contrapontos catalisadores da resistência por parte de colectividades relativamente isoladas (1900-1940); (ii) uma fase intermédia, em que algumas famílias mais influentes, designadamente os representantes do poder local, amortecendo as reivindicações ou protestos locais, mas sem eliminar tensões que justifiquem a sua acção, assumem o papel relevante de mediar, regular e controlar comunidades socialmente segmentadas (1940-1974); (iii) por fim, uma terceira fase, a da relativa incorporação, em que os pequenos mediadores, digladiando-se pelo controle da gestão dos recursos públicos, funcionam mais como simples agentes das entidades eclesiásticas, camarárias e partidárias que os recrutam ou reconhecem (1974-1990).

Após um sucinto enquadramento teórico, o foco da análise incidirá particularmente na segunda e na terceira fases do devir social de ambas as aldeias.

1. PATRONOS E CLIENTES

Diversos estudos empíricos e subsequentes elaborações teóricas, nomeadamente as referentes a países da América Latina e outros situados na área mediterrânica, no Sudeste asiático, no Japão ⁴, têm mostrado que os fortemente enraizados sistemas de patrocínio são co-determinantes do agir submisso e resignado dos camponeses.

Se, numa perspectiva estrutural-funcionalista, particularmente com uma ênfase psicossociológica, autores como Parsons (1964, pp. 339 e segs.) e White (1961, pp. 89 e segs.) caracterizam as relações patrociniais como difusas e particularistas, não contratuais e perpassadas de relativa simetria e reciprocidade, outros, como Mauss, Pitt-Rivers e sobretudo Eisenstadt e

⁴ Para a área mediterrânica, além dos referidos na nota 1 para Portugal, cf., entre outros, Boissevain, 1966, pp. 18-33, Blok, 1969-a, pp. 155-170, e 1974, Campbell, 1964, Schneider *et al.*, 1972, pp. 328-350, e Davis, 1977. Sobre a América Latina, cf. Wolf, 1967 e 1980, Huizer, 1969, pp. 411-418, Galjart, 1969, pp. 402-419, e Migdal, 1974, pp. 33 e segs. Sobre o Sudeste asiático, cf. Wertheim, 1971, Scott, 1976, pp. 35 e segs., e Popkin, 1979, pp. 72 e segs. Para a Índia, cf. Breman, 1969, pp. 395-402; para o Japão, cf. Moore, 1966, pp. 230 e segs., e sobre países do Leste europeu a nível dos aparelhos estatais, cf. Ionescu, 1977, pp. 97-102.

Roniger ⁵, reformulando as premissas estruturo-funcionais, incorporam elementos providos de outras correntes teóricas (instrumentalidade, coerção e assimetria), mas enxertam-nos num fundo moral de confiança e solidariedade, aliás basicamente voluntárias, entre patrono e cliente.

A análise das relações patrocinais tem sido envolvida e particularmente reivindicada pelas correntes configuracionista, transaccionalista e simbólico-interaccionista ⁶, as quais, perante a rigidez, a estaticidade e a opacidade do modelo estruturalista, destacam a função (re)estruturadora e dinâmica dos sujeitos-actores na vida social.

Não obstante a crítica ao estruturalismo ser, de certo modo, pertinente, alguns pressupostos das concepções transaccionalistas e interaccionistas enfermam, contudo, de certo voluntarismo, na medida em que as configurações sociais seriam resultado das decisões e redes de interacção dos indivíduos, enquanto «empreendedores sociais», manipuladores e construtores de feixes móveis de papéis na arena social. Se a estrutura admite modificações levadas a cabo pelos actores, estes, na sua acção, encontram-se, todavia, constrangidos pelo tipo e grau de recursos que a sua posição, num dado meio, em determinado tempo e lugar, lhes proporciona.

Numerosos são os autores ⁷ para quem a diádica ou poliádica transacção patrocinal se encontra imbuída de relações, ora latentes, ora manifestas, de assimetria, de dominação e, por vezes, de exploração. Embora o patrono conceda protecção e preste alguns favores e serviços, retira normalmente do cliente, além do seu assentimento sócio-político personalizado, maiores vantagens. É justamente este saldo positivo em favor do patrono entre os serviços prestados por este e os benefícios materiais ou simbólicos colhidos do cliente que imprime a esta relação o carácter de negócio e pode eventualmente traduzir um determinado grau de exploração e/ou opressão deste por aquele.

Na sequência de posições defendidas por Sahlins (1960, pp. 390 e segs.) e Bourdieu (1980, pp. 209 e segs.), poder-se-á sustentar a ideia-chave de que na base da constituição do poder político estão as dissimetrias na

⁵ Cf., respectivamente, Mauss, 1950, pp. 151 e segs., Pitt-Rivers, 1971 (1954), pp. 140 e segs., e 1958, pp. 424-431, Eisenstadt e Roniger, 1984, pp. 15 e segs. Peters, 1977, pp. 275 e segs., considera imprescindível na relação clientelar a presença da dimensão moral e, em especial, da confiança (*fides*), o que, em termos explanatórios, não é estritamente necessário, uma vez que se verificam situações clientelares desprovidas de *fides*.

⁶ Como representantes das referidas correntes, cf., respectivamente, Elias, 1982, I, 1939, pp. 290-337, e 1980, pp. 143-145, Goffman, 1974, pp. 7-42, Barth, 1966, pp. 4 e segs., Blok, 1973, pp. 225-234, e Boissevain, 1978, pp. 24 e segs. Sobre os limites dos pressupostos do (inter)accionismo e transaccionalismo, cf. crítica de Alavi, 1973, pp. 54, e Cohen, 1969, pp. 224-225.

⁷ Cf., com maior ou menor acento, Moore, 1966, pp. 453 e segs., Weingrod, 1968, pp. 377-400, e 1977, pp. 41-51, Bailey, 1969, Huizer, 1969, pp. 411 e segs., Silverman, 1970, pp. 327-339, Wolf, 1980, pp. 19-39, Schneider *et al.*, 1972, pp. 334 e segs., Alavi, 1973, pp. 54 e segs., Blok, 1974, Scott, 1977, pp. 21-39, C. White, 1980, e, sob forma de luta político-ideológica competitiva, Kertzer, 1980.

função de redistribuição nas sociedades tribais e outras não capitalistas. Por outro lado, entre a posse de recursos materiais e outros não directamente materiais (capacidade comunicacional, prestígio, poder) há, como igualmente defendem Bader e Benschop (1988, pp. 167 e segs.), uma relação de reversibilidade e convertibilidade, mesmo que nem sempre estritamente mensurável nem imediatamente visível. Nesta perspectiva, o patrocínio, ainda que, conforme salientam Mintz, Wolf e Silverman ⁸, preencha diferentes funções e valorações, conforme o período histórico, configura-se como mais um princípio geral estruturador das relações instrumentais de poder e da desigual distribuição de recursos. Como tal, e contrariamente às posições de Causi (1975) e Gilsenan (1977, pp. 168 e segs.), oportunidades de prestígio e hierarquias não constituem simples expressões epifenoménicas ou momentos subjectivos ou ideológicos resultantes mecanicamente do lugar estrutural a nível económico-social, mas condicionam comportamentos e propiciam aos seus protagonistas, se não ganhos materiais a curto ou médio prazo, pelo menos situações de relativo privilégio revestidas de formas eufemizadas de «desinteresse pessoal» em benefício do «bem comum» ou do desenvolvimento local, regional ou nacional.

O grau e a extensão do poder local, personificado nas figuras de patronos e mediadores locais, dependem estreitamente, por um lado, da raridade e do grau de apropriação ou monopolização de bens ou serviços a prestar e, por outro, da crise de escassez ou precariedade de recursos e sua importância vital para a sobrevivência dos respectivos clientes (por exemplo, a concessão de trabalho ou terra). E, quanto menores as alternativas a uma situação assimétrica, maior a probabilidade de o cliente dependente se submeter «passivamente» ao poder absorvente do senhor ou patrono, demitindo-se de entabular relações alternativas no exterior.

Mesmo quando dominante, o patrocínio não constitui, todavia, um conceito paradigmático exclusivo e, como tal, não é pertinente dissociá-lo de modo redutor dos diversos modos de desigualdade social, cuja diminuição reduz, aliás, a densidade e a durabilidade das relações clientelares. Daí que Bailey, Boissevain ⁹ e, de modo geral, os transaccionistas, ao sustentarem a possibilidade, aliás virtual ou temporariamente viável, de ocorrerem relações patrocinais sem estratificação social, ontologizem, contudo, o poder quando, teórica e metodologicamente, o desagregam das diversas formas e contextos de desigualdade social. Enquanto expressão

⁸ Mintz e Wolf, 1967, pp. 176 e segs., Wolf, 1966, pp. 17 e segs., e Silverman, 1967, pp. 291 e segs. Sobre os limites das virtualidades explicativas do clientelismo e, inclusive, a inadequacidade da sua aplicação a outros níveis de análise, bem como a fenómenos, corporações e agrupamentos de tipo horizontal (étnicos, de classe), cf. Waterbury, 1977, pp. 334 e segs., e sobretudo Kaufman, 1974, pp. 284-308.

⁹ Cf. Bailey, 1971, pp. 17 e segs., Boissevain, 1969, p. 379. Num sentido diametralmente oposto ao de Bailey, Wolf, 1955, pp. 456 e segs., que, nos seus estudos sobre as corporativas, fechadas e relativamente niveladas comunidades indianas, conclui pela inexistência de patrocínio nestas últimas.

das relações assimétricas de poder, o patrocínio pressupõe e reforça a desigualdade de recursos, ainda que de diversa natureza. É, portanto, um determinado grau na posse e controle de bens e serviços, sejam directamente económicos (terra, gado e equipamento, capital-dinheiro, acesso a mercados), sejam de outro tipo (conhecimentos e habilidades, títulos e diplomas, prestígio social e poder, designadamente na esfera administrativa), que subjaz ao poder patrocinal.

Sendo, porém, o patrocínio um fenómeno igualmente co-presente nas sociedades urbano-industriais ¹⁰, poder-se-á questionar acerca da utilidade e da validade heurística do conceito para explicar o comportamento sócio-político dos camponeses. No meu entender, trata-se, porém, de uma questão de medida e especificidade quanto às características e formas de exercício da autoridade e do poder, designadamente o maior grau de informalidade, discricionariedade e personalização nas relações clientelares. Ou seja, enquanto nas sociedades modernas o patrocínio se articula basicamente com o sistema político-partidário e coexiste com outras instituições tendentes a manter ou reforçar a desigualdade, nomeadamente através da (pseudo)selecção meritocrática dos diversos actores concorrentes nos diferentes tipos de mercado, nas sociedades rurais tradicionais as relações de desigualdade e de dependência são contidas por laços diádicos e personalizados de vinculação parental, compadria ou hierocrática.

Na medida em que patrono e cliente partilham, ainda que parcialmente, de orientações cognitivas, valores e regras comuns, as relações verticais e individualizadas entre ambos são percebidas como legítimas e, não raro, acompanhadas de um determinado grau de afectividade, aspectos focados por autores como Pitt-Rivers (1971, p. 140), Foster (1967, pp. 300 e segs.) e Wolf (1980, p. 34). Neste sentido, as acções dos clientes legitimam processos dirigidos à obtenção de estima social e, como tal, distinguir-se-iam, segundo Weber ¹¹, de outras baseadas em motivações de classe. Por seu lado, os protagonistas patronos, se bem que para a formação de clientelas não excluam acções de violência aberta e se organizem em associações ou cliques paralelas, secretas e conspiratórias, tal como no caso da mafia

¹⁰ Na sociedade moderna são de referir, entre outros, os fenómenos de violência patronal, clubismo e sindicalismo mafioso, designadamente na Itália e nos Estados Unidos, e a política de clientela e corrupção no seio de facções dos partidos políticos e nas multinacionais, associações ou demais grupos não corporativos e nos próprios aparelhos administrativo-políticos do Estado (cf., respectivamente, Blok, 1974, Zuckerman, 1977, pp. 63-79, Schneider *et al.*, 1972, pp. 335 e segs., Scott, 1969, pp. 1142-1159, Kaufman, 1974, pp. 300 e segs., Silverman, 1967, pp. 279-293, e Etienne, 1977, pp. 300 e segs.). Tais análises poriam em causa a rigidez dos pressupostos presentes na dicotomia comunidade-sociedade defendida desde Toennies, 1953, pp. 49-63, passando por Weber, 1953, pp. 20 e segs., até Parsons, 1953, pp. 92-128, e ainda recentemente retomados, entre outros, por Abercrombie e Hill, 1976, pp. 415 e segs.

¹¹ Cf. Weber, 1953, pp. 21 e segs. Weber, embora distinga «grupos estatutários» e «situações de classe», reconhece, todavia, que quem detém prestígio possui normalmente riqueza, a qual, por sua vez, é despendida para o conservar ou obter.

italiana ou do caciquismo mexicano, em determinadas sociedades, como a portuguesa, o modo corrente de operar é, aparentemente, pacífico, subtil, travestindo-se, como diz Bourdieu, sob a forma de «violência simbólica, doce, invisível»¹². Tais relações têm contribuído para o conformismo clientelar, evitando que latentes situações de conflito se polarizem e impedindo uma organização de classe em base horizontal.

Neste quadro, uma cautelosa aplicação do conceito de «clientelismo extenso» adiantado por Powell (1970, pp. 418 e segs.) pode constituir instrumento analítico fértil. Ou seja, o patrocínio não se limita a uma disseminada miríade de relações diádicas, mas, geralmente, pressupõe um encadeamento tentacular e hierarquizado de díades e políades que, segundo Galjart, Wertheim, Mouzelis e outros¹³, favorecem processos de dominação e integração controlada, persistindo para além de mudanças ou reestruturações institucionais. Os mecanismos patrociniais, embora, em regra, revertam em privilégios para as elites dirigentes, tornam-se eficazes na medida em que, fornecendo vias de mobilidade ascendente a alguns quadros intermédios e oferecendo algumas vantagens palpáveis aos seguidores, realimentam as expectativas dos clientes e, em última instância, o próprio sistema.

As relações clientelares e eventuais alinhamentos faccionais, se bem que não derivem nem sejam directamente traduzíveis em relações de classe, encontram-se imbricados, mesmo que de modo mediato, com a estrutura de classes, aspecto aliás raramente analisado¹⁴. A questão surge mais propriamente no modo de articulação das verticais relações patrociniais com a horizontal dimensão das relações de classe. Se a erosão de valores, a relativa prosperidade ou as mudanças estatutárias dos clientes propiciam alterações significativas no sistema clientelar e no xadrez das novas configurações políticas, a diferenciação de classes e/ou grupos sociais não tem, em regra, correspondência nem a nível de organização nem a nível de outras variáveis indiciadoras de pertença e consciência de classe.

Além dos efeitos dos mecanismos da economia de mercado, a natureza do Estado, sua fase de desenvolvimento e seus arranjos institucionais, quer

¹² Bourdieu, 1980, pp. 220. Sobre formas violentas de caciquismo combinadas ou não com determinado grau de legitimidade baseada em modos informais, normativo-institucionais ou mesmo legais, cf., por exemplo, sobre o México, Friedrich, 1968, pp. 243-269, sobre a Itália, Blok, 1974, pp. 16 e segs., e, no Sudeste asiático, Scott, 1977, pp. 22 e segs.

¹³ Salvo Gilmore, 1977, pp. 446 e segs., segundo o qual o clientelismo, em vez de amortecer ou limitar, pode exacerbar o conflito de classes; a função integrativa do clientelismo é relevada por Galjart, 1964, pp. 3-24, e 1969, p. 404, Weingrod, 1968, pp. 380 e segs., Wertheim, 1969, p. 364, e 1971, Alavi, 1973, pp. 56 e segs., Shanin, 1971, pp. 257 e segs., Hobsbawn, 1973, p. 8, Mouzelis, 1978, pp. 477 e segs. Incidentalmente, cf. ainda Boissevain, 1966, p. 24, Powel, 1970, pp. 418 e segs., Waterbury, 1977, pp. 333-334, e Attalides, 1977, p. 137.

¹⁴ Sendo de ressaltar, entre outros, além do de Soiffer e Howe, 1982, os ensaios de Alavi, 1973, pp. 25 e segs., Gilmore, 1977, pp. 446-458, Mouzelis, 1978, pp. 471-497, Corbin, 1979, pp. 99-114, e Bodemann, 1982, pp. 147-175.

na modalidade monolítica, quer na pluripartidária, contribuem decisivamente para configurar os processos clientelares. Porém, ao criar novos mediadores ou funcionários especializados, o objectivo estratégico de partidos e instituições estatais resume-se a acomodar, suplantar ou até eclipsar os antigos patronos e mediadores locais, processo este que, contrariamente à visão um tanto estruturalista, por exemplo, de Soiffer e Howe (1982, pp. 176-206), não se apresenta unilinearmente faseado, mas conhece diversas modalidades e coexistências.

2. O MEDIADOR COMO CATALISADOR DE RESISTÊNCIA (1900-1945) ¹⁵

Em contextos de fragmentação de poderes, como o da sociedade agrária proto-industrial portuguesa até meados do século xx (Silva, 1989, pp. 112 e segs.), a dimensão clientelar permite-nos compreender como o sistema central e, a um nível intermédio, a câmara podem, por cálculo ou pressão social, manter ou ceder aos autarcas o domínio e a gestão da colectividade local, tornando compatível uma relativa autonomia local com determinado grau de centralismo.

Apesar das extorsões tributárias ¹⁶, mantidas sob certos limites, as autoridades locais, institucionalizadas na comissão fabriqueira, na junta e na regedoria, detinham ainda consideráveis poderes internos. Não só se encarregavam do lançamento e arrecadação parcial de impostos e colectas (por exemplo, derramas para a manutenção ou reparação dos objectos do simbólico), como se ocupavam de redistribuir, conceder ou gerir determinados

¹⁵ Poder-se-ia fazer recuar, pelo menos, a meados do século xix este período, marcado por diversas formas de resistência, de que os levantamentos de Maria da Fonte e Patuleia são expoentes mais salientes (cf. Silva e Van Toor, 1982, pp. 88-96, Sobral, s. d., e, a nível da evolução geral, nos séculos xix e xx, Cabral, 1979).

Uma outra forma eminente de resistência activa seria constituída pelo banditismo social, cuja figura principal no Minho, Zé do Telhado, teria operado também nos arredores de Aguaril (Maciel *et al.*, 1982, pp. 250 e segs.). Para análise do banditismo enquanto forma primária de resistência camponesa ao capitalismo, cf. Hobsbawn, 1974, a cuja tese se veio contrapor a de Blok, para quem o banditismo é uma forma de mediação interstícia, cujos protagonistas têm também os seus objectivos de domínio local (1969, pp. 161 e segs., 1972, pp. 494-503, e 1974, pp. 11 e segs.).

¹⁶ Cf., entre outras actas, APB de 24-11-1919, 26-4-1920, 6-11-1920, 27-11-1920, 19-2-1921, 26-4-1921, 13-1-1922, 14-11-1922, 15-2-1923, 12-7-1924 e 3-4-1926. Além dos impostos de tipo corporativo sobre veículos, animais de carga e animais para venda e outras mercadorias (vinho, géneros alimentares) providas do exterior do concelho (APB de 15-2-1923 e AB de 20-9-1920), é de referir o imposto *ad valorem* em 2% a 3% sobre qualquer mercadoria exportada (AB de 30-8-1920, aliás de acordo com a Lei n.º 999, de 16-7-1920). A renitência ou relaxe no pagamento de multas dava lugar a buscas e apreensões dos objectos, em que metade do seu valor reverteria para o denunciante e metade para a câmara (AB de 20-6-1874 e APB de 24-11-1919, 6-11-1920, 27-11-1920, 19-2-1921, 26-4-1921, 15-2-1923 e 6-6-1923).

bens (terrenos comunais, corte de madeiras e matos, cemitério, igreja), organizar os trabalhos comunitários, arbitrar disputas ou quesílias acerca de águas e limites territoriais, exercer justiça e, eventualmente, restaurar e harmonizar as hierarquias locais. Os dirigentes camarários, além de cooptarem algumas personalidades locais mais prestigiadas, designadamente em Selima, para exercerem funções administrativas de zelador ou, por vezes, vereador, não só requeriam, a respeito de requerimentos individuais a deferir a munícipes, o parecer das juntas de freguesia sobre se «causa prejuízo ao público», como determinavam enviar-lhes o articulado das suas actas sobre disposições que afectassem as colectividades (por exemplo, aforamentos, taxas e impostos) a fim de «informarem o que tiverem por conveniente» ou «darem ou negarem o seu *referendum*»¹⁷.

Sendo ambas as colectividades perpassadas pela centralidade e hierarquia do sistema de valores religiosos, era, porém, a autoridade tradicional da Igreja que legitimava e assinava a honorabilidade de determinada família na qualidade de doadora de um bem sagrado. Daí que ordenar um padre, reparar igrejas e cemitérios, legar bens ou doar ostentadamente à Igreja objectos sagrados (imagens e estandartes, cruzeiros e sinos, relicários e cordões de ouro e prata) constituíam meios de acumular capital simbólico, induzindo os donatários a apoiar os seus benfeitores na conquista de lugares de honra e prestígio na hierarquia eclesiástica e/ou civil: junta paroquial ou de freguesia, regedoria, confrarias. Aos doadores de tais «objectos de subido valor» — entre os quais se contam as famílias mais ricas e, particularmente, os emigrantes «brasileiros» — eram dados votos de louvor, passando a ser considerados «ilustres cidadãos beneméritos» da colectividade, tal como referem diversas actas da junta (AS 7-3-1909 e 6-6-1909). Em Aguaril pode ler-se na ombreira da Capela de Santo António: «Esta obra foi mandada fazer pelo devoto João Jozé de Souza, rezidente no Brazil, 1879.», o qual teria também cedido terreno para o cemitério. Mais recentemente, a restauração da igreja pela família mais rica de Selima seria, simbolicamente, compensada com a inscrição gravada em lápide na parte lateral esquerda da igreja: «Em homenagem ao Sr. M. G., grande benfeitor desta igreja, 1956»¹⁸.

¹⁷ Sobre as estratégias de delegação de poderes e integração de figuras locais como vereadores e zeladores, cf. AB de 20-6-1874 e APBE de 15-11-1924, 26-7-1924 e 21-6-1923. E sobre pedidos de parecer, ainda que formais, por parte da câmara às autoridades locais, cf., entre outras actas, APB de 24-1-1906, 10-2-1906, 24-11-1919, 26-4-1920, 13-1-1922 e 6-6-1923.

A ambiguidade da figura do zelador, confrontado com duas lealdades — para com a câmara e para com os conterrâneos — pode constatar-se nas frequentes demissões e pedidos de exoneração (cf. APB de 25-4-1903, 9-1-1908 e 24-5-1909), além das frequentes admoestações e substituições, algumas das quais por infracções das posturas municipais pelos próprios zeladores (APB de 24-8-1917 e 3-9-1919).

¹⁸ Também a nível concelhio as actas registam votos de louvor e atribuição de lápides a «beneméritos» pelos seus «gestos generosos»: ofertas de soalho para a igreja e equipamento e manutenção de escola primária na vila por um emigrante brasileiro (APB de 6-7-1907), legado do conde de Folgosa para o hospital e para a fundação de um asilo para inválidos (APBE de 6-6-1923) ou influências no poder central para implementação de luz eléctrica (respectivamente APB de 6-7-1907 e APBE de 6-6-1923 e 16-2-1925).

Da leitura de diversos dos 125 inventários orfanológicos de Aguaril entre 1858 e 1980 e sobretudo das actas das Câmaras de Barcelos e de Ponte da Barca se infere que, sobretudo no 1.º quartel do século xx, a par de ajustamentos e compromissos, se verificaram não só formas de resistência passiva ¹⁹, como, inclusive, confrontos abertos, que opuseram as populações, sobretudo a de Selima, aos organismos camarários e estatais encarregados não só de extrair o excedente agro-pecuário pela via tributária e impor coercivamente celeiros municipais (AB 11-10-1919), como também de implementar inovações infra-estruturais, tais como o cemitério, a abertura de uma estrada, a construção de uma barragem pela empresa espanhola Electro del Lima e a gestão dos recursos serranos pela política de florestação (cf. ABP 30-5-1903, 24-8-1917 e 6-11-1920 e APBE 27-9-1924 e 2-4-1925).

A Electro del Lima, que, para compensar a destruição dos moinhos de água, se dispunha a construir moinhos eléctricos e a electrificar «gratuitamente» o aglomerado, viu as suas ofertas recusadas pela maioria dos moradores, que preferiam a reconstrução dos seus moinhos de água noutro local, porque — diziam — «o moinho eléctrico estragava a farinha», ou «a luz eléctrica tirava o leite às vacas». Quer os gestos simbólicos da oferta dos moinhos eléctricos e da própria electricidade, quer a sua recusa, envolta sob razões ou pretextos económicos, tornar-se-iam ininteligíveis se os não enquadrássemos no âmbito da luta pelo domínio do espaço local.

Entre as diversas resoluções camarárias acerca da necessidade de inventariar os haveres dos moradores, em particular a de arrolar as cabeças de gado, há a salientar a de 24 de Novembro de 1919, que, no seu artigo 8, determina «colectar todos os animais bovino, caprino e lanígero com uma taxa anual por cabeça», o que viria a sobrecarregar fiscalmente colectividades de montanha, como Selima, que até então tinham escapado a um apertado controle camarário-estatal. Na sequência desta resolução reage a Junta de Freguesia de Selima-Belinhas, que «lavra o seu protesto contra o dito artigo, que vem agravar a situação do povo das montanhas, sendo as fazendas (= gado) a única fonte de riqueza e receita que este povo tem para poder competir com os seus tributos ao estado da República» (AS 4-1-1920).

A este protesto segue-se uma reunião conjunta das juntas a 4 de Fevereiro de 1920 na própria câmara municipal, repetindo-se, aliás, esta acção no ano seguinte (APB 8-10-1920 e AS 8-1-1920 e 17-4-1921). Em resposta, a

¹⁹ À excepção de esporádicas licenças administrativas de reconstrução de casa ou similares (AB de 27-6-1903 e 27-8-1904), pedidos de remissão de foros (AB de 22-3-1920) e subsídios de lactação para mães solteiras e pobres (AB de 27-6-1870, 9-11-1872, 10-1-1874, 19-8-1899, 23-9-1899 e 18-4-1902), os moradores de ambas as aldeias evitavam contactos com a câmara, sobretudo na esfera fiscal, sucedendo, não raro, que só passados vários anos é que o curador oficial de órfãos, encarregado de requerer ao juiz o inventário orfanológico, se inteirava da morte do *de cuius* (IOA de 1858-1945). E sobre a relação entre as populações e a Câmara de Barcelos antes da reforma administrativa de 1834, cf. Capela, 1989.

câmara requisita a intervenção da GNR para coagir pela força os moradores a tirarem a licença para os pastos do gado, no que não é bem sucedida, como, aliás, reconhece (APB 8-10-1920 e 7-8-1923). Esta luta ter-se-ia saldado por uma vitória das populações, entre as quais a de Selima, em que a junta de freguesia «tem a honra de fazer scientes que terminou brava e heroicamente em prol dos povos a decantada cauza e conflito que há dois anos mantivemos com a câmara» (AS 16-10-1921).

Num outro diferendo mantido com o Estado acerca do estatuto comunitário ou estatal da mata de Selima, a junta — que pôde contar com o empenho de um patrono-advogado e «filho da região», a quem tece o rasgado elogio de extraordinário ditador —, apesar das ameaças de procedimento judicial (APB 8-10-1920), não acata as ordens administrativas e, reiterando que «os montados desta freguesia são paroquiais, e não camarários, conforme o foral de 1514 e conforme a nossa postura especial», ameaça ela própria recorrer a juízo (AS 5-6-1921).

Não obstante estas vitórias, é de registar, no contexto de sujeição de Selima às forças da ordem estatal, além da instalação a 1-1-1911 de um posto de vigilância da Guarda Fiscal em pleno centro da aldeia, numa casa arrendada a uma das famílias mais providas, a entrada, em 1922, da GNR, que, a partir de então, passaria a patrulhar regularmente a colectividade. A ausência, até então, de um corpo policial estranho constitui um dos sintomas indiciadores do espaço relativamente amplo de jurisdição local, de que um (ex)forâneo e velho residente dá conta:

Antes dessa altura, a Guarda Republicana não vinha cá, porque a gente daqui era muito rebelde e não deixava que ela entrasse cá dentro.

Apesar da oposição cerrada das populações, por intermédio das respectivas juntas, no sentido de manterem incólumes os terrenos comunais, o governo, por decreto-lei de 16-3-1923, e a câmara, através da comissão executiva, não desistem do propósito de limitar os direitos dos povos aos baldios. Para tal, a câmara, em particular o seu presidente, vem, em troca do apoio prestado num outro diferendo com o Estado, propor à junta um projecto de acção dos serviços florestais, delegando funções e corresponsabilizando a própria autoridade local (AS 1-6-1924, 6-7-1924 e 20-7-1924 e APBE 28-3-1925). A esta proposta responde a junta que não se oporá desde que tal intervenção traga, antes de mais, melhoramentos, designadamente o prolongamento da estrada até à fronteira. Passado um ano, como a câmara não procedera a quaisquer melhoramentos infra-estruturais como condição prévia à acção de intervenção dos serviços florestais, a junta declara em acta o seu cepticismo sobre os bons propósitos da câmara e, dado o facto de os moradores já terem arborizado os montes no passado, propõe-se ela própria assumir a responsabilidade de realizar um plano de arborização, mas «sem nunca atentar contra a actual liberdade das pastagens do gado» (AS 25-7-1924 e 16-7-1925 e APBE 6-9-1924).

Face aos objectivos camarários e estatais, os representantes dos moradores de Selima requerem, de acordo com o artigo 146 da Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, que os seus montados confinantes com os galegos sejam tapados, queixam-se de serem «espoliados pelas constantes apreensões do seu gado» e denunciam as atitudes dos serviços florestais e da Guarda Fiscal com as autoridades galegas e seus súbditos por os autorizarem a apoderar-se e a tapar terrenos baldios (AS 7-9-1924 e 20-2-1955). Além disso, apresentam queixas e pedidos de indemnização contra a empresa espanhola *Electro del Lima*, a qual, além de não ter indemnizado as famílias de dois moradores mortos nas obras da barragem, se acometia a uma série de abusos, tais como quebra de telhas e corte de madeiras sem licença (AS 26-12-1925, 10-1-1926 e 19-8-1956).

O «Estado Novo», após um interregno de relativa indefinição até 1936, acabará, se bem que moderada e cautelosamente, por prosseguir a anterior política no sentido de substituir o espaço desgastado pelo pastoreio por florestação. Feito o reconhecimento dos baldios a nível nacional pela Junta de Colonização Interna (JCI) em 1939 e traçadas as linhas de actuação, as câmaras e as juntas de freguesia detinham competência para alienar terrenos baldios, ficando os florestalmente aptos sob o controle e a gestão dos serviços florestais instituídos ²⁰. Sendo estes, porém, uma criatura estatal estranha às populações e às próprias juntas de freguesia, a luta reacender-se-ia com os planos de arborização em 1944-1945, os quais viriam a suscitar uma acção coordenada das juntas de freguesia, frisando os seus promotores a qualidade de «proprietários». Esta, porém, parece ter sido a «última acção conjunta dos órgãos representativos dos povos serranos do Alto Minho na defesa dos seus terrenos comunais e demais interesses corporativos locais face às instituições camarárias e estatais, a cuja interferência as juntas preferiam a simples «vida de abandono que até então temos gozado» (AS 16-8-1925).

3. UMA LONGA TRANSIÇÃO: O MEDIADOR COMO AMORTECEDOR (1940-1974)

Contrariamente ao anterior período, marcado por situações de confronto entre uma colectividade relativamente unida e as entidades camarárias e estatais, as hesitações e as divergências internas quanto aos novos assomos de cerceamento da autonomia aldeã (projectos infra-estruturais e, em Selima, plano de florestação, alienação de 19 ha de baldio à RTP) são sintomáticas do modo como Selima foi abrindo o flanco e perdendo paulatinamente pontos na sua estratégia defensiva e esquiua face ao Estado.

²⁰ Para descrição e análise da legislação sobre os baldios e o processo de florestação, cf. Estêvão, 1983, pp. 1157-1260. Em termos locais, é de referir como acérrimo defensor, desde os anos 20, da mata de Selima como património da freguesia Eduardo Cruz, 1985, pp. 133-147.

Para enfraquecer e contornar os obstáculos que o poder e a hierarquia locais pudessem oferecer, representantes do Estado, localmente aconselhados, aplicaram a tática da divisão, aproveitando e reforçando as preexistentes clivagens entre facções aldeãs. Não só delegavam poderes e aliciavam membros da junta através da concessão de benefícios e sinecuras, como incorporavam atomística e selectivamente nas próprias instituições membros de famílias mais influentes e/ou potenciais adversários, redistribuindo-lhes empregos e postos de controle, supervisão e policiamento (zeladores, guardas florestais e fiscais, capatazes), além de oferecerem alternativas aos jornaleiros dependentes e outros elementos pobres e «marginais», recrutando-os para a execução de árduas tarefas manuais ou ingratas funções de vigilância e denúncia.

3.1. RECURSOS: FAVORES E DEPENDÊNCIAS

Se em freguesias do Sul do país se verificam acentuadas desigualdades na posse da terra e gado (cf. Cutileiro, 1977, Batista, 1980, e Barros, 1986, p. 359), em Aguaril e sobretudo Selima é menos marcante tal desigualdade e mais difusa e gradual a sua distribuição (quadro n.º 1).

Distribuição de recursos: terra e gado

[QUADRO N.º 1]

Categoria (hectares)	Terra				Vacas	Gado (vacas)			
	Selima		Aguaril			Selima		Aguaril	
	Famílias	Porcentagem	Famílias	Porcentagem		Famílias	Porcentagem	Famílias	Porcentagem
(0)	6	4,8	4	2,6	0	59	48,4	76	50,0
(1) 0 - 0,05	24	19,4	19	12,5	1-2	27	22,1	47	31,3
(2) 0,05- 2 ...	86	69,4	88	57,8	3-5	26	21,3	17	11,3
(3) 2 - 5 ...	7	5,6	20	13,2	6-10	9	7,4	10	6,7
(4) 5 -10 ...	1	0,8	15	9,9	11-20	1	0,8	1	0,7
(5) 10 -15 ...	-	-	3	2,0	> 20	0	0,0	0	0,0
(6) 15 -20 ...	-	-	2	1,3	-	-	-	-	-
(7) >20	-	-	1	0,7	(Sem infor.)	(2)	(1,6)	-	-
Totais	124	100,0	152	100,0	-	124	100,0	152	100

Fonte: Inquéritos locais e Repartições de Finanças de Ponte da Barca e de Barcelos, 1984-1985.

Grosso modo, poder-se-ão fazer corresponder as categorias indicadas aos seguintes grupos sociais: (0 + 1) = jornaleiros e camponeses pobres; (2) camponeses parciais (e merceeiros/artesãos/operários e outros); (3) pequenos camponeses relativamente autónomos; (4) médios camponeses/lavradores; (5) e (6) abastados lavradores/ proprietários.

Analisando a variável «terra», o quadro mostra que, quer em Selima, quer em Aguaril, enquanto a base piramidal, constituída por jornaleiros e outros moradores ainda não herdeiros (4,8% e 2,6%), por um lado, e o topo, por médios-abastados lavradores e proprietários (0,8 e 4%), por outro, constituem categorias sociais minoritárias, os estratos intermédios, compostos por pequenos camponeses auto-suficientes e sobretudo camponeses parciais, somando, respectivamente, 69,4% e 71,5%, predominam largamente.

Do mesmo modo, quanto à posse de gado, salvo uma minoria de 8,2% e de 7,4%, que possuem mais de 5 vacas, 84% e 82% das casas, respectivamente em Selima e Aguaril, tem entre 1 e 5 vacas.

Apesar de, segundo este padrão, não se verificarem fortes concentrações de poder fundiário, eram, contudo, as famílias originárias do topo que detinham posições oligopolísticas de relevo na liderança local, cujo imaginário de auto-engrandecimento oferece, aliás, facetas e episódios interessantes ²¹.

Particularmente na esfera pública, as funções dos mediadores locais deverão, todavia, ser articuladas com os poderes da hierarquia camarária e estatal ²², junto da qual os primeiros intercediam ou pressionavam a fim de legitimarem o seu notável poder interno. Com efeito, no relativo isolamento de cada uma das aldeias, o padre, os membros da junta, o regedor e, incidentalmente, o professor(a), derivando a sua autoridade de delegação hierárquica e/ou estatuto local, constituíam os miniguardiões (semi)legitimados do *status quo* e funcionavam, respectivamente, como sendo os «últimos elos da instituição eclesiástica, administrativo-escolar e policial, designadamente durante o «Estado Novo»: a prestação dos serviços religiosos, a instalação de rudimentares serviços públicos (correio, telefone e, em Selima, registo civil e manifesto dos vinhos), a construção da nova escola (em 1959 em Aguaril e 1969 em Selima) ou a reparação de estradas e de caminhos, ainda que subvencionados pela câmara, a vigilância local ou a distribuição de listas e propaganda pró-governamentais.

Com repercussões na esfera privada, os patronos e mediadores tendiam, ora a monopolizar para si, ora a mediar para as famílias aliadas e dependentes, uma diversificada gama de transacções, sinecuras e arranjos no

²¹ Por exemplo, na década de 60, quando a câmara, de modo um tanto rebuscado, requereu ao presidente da junta o número de solípedes existentes na freguesia, este, associando o termo solípede a sol com a sua propriedade de brilho, teria respondido que em Selima-Belinhas havia três (brilhantes personalidades): o pároco, o comandante da guarda fiscal e ele próprio, presidente.

²² Durante o «Estado Novo» multiplicam-se as licenças administrativas. Por exemplo, em Selima entre 1933 e 1957 registam-se 17 licenças para queimar foguetes, 21 para manter a porta de estabelecimento ou taberna aberta e 6 de abertura de mercearia. Igualmente, entre 1935 e 1954, são concedidas 8 licenças de bicicleta, 11 de animais de carga, particularmente bovino (RLA/PB de 1933-1957 e RV/PB de 1935-1954).

labirinto administrativo e policial, entre os quais cabe salientar: a anulação de multas, a dispensa de serviço militar, a consecução de empregos, a representação legal de emigrantes, a aposição de assinatura e carimbo da junta para «declarações de pobreza» a fim de obterem os magros benefícios de abonos de família, o preenchimento de boletins para subsídios de invalidez e velhice pela casa do povo, a prestação de informações em pedidos de crédito bancário e em processos de emigração legal, pseudo-turística e até clandestina (AA e AS, 1940-1985; Silva e Van Toor, 1988, pp. 69-70).

Em relação a Selima, é ainda de referir o poder discricionário, por parte dos guardas fiscais, quanto aos frequentes actos de contrabando fronteiriço a que, perante a precariedade de recursos, diversos moradores recorriam, particularmente em determinadas conjunturas. Por exemplo, dos 179 registos de processos aduaneiros ocorridos entre 1932-1944, 25,1%, alguns dos quais relativos a mercadorias ou valores insignificantes — pagaram multa e/ou direitos alfandegários, 11,2% não pagaram e/ou foram processados e os restantes 63,7% não sofreram qualquer pena pecuniária ou prisional (RPA, 1932-1944).

O aforismo popular «quem não tem padrinhos morre mouro (= abandonado)» era e é bem denotativo da necessidade de segurança e protecção das famílias mais carentes, as quais, dada a sua vulnerabilidade no seio da aldeia e a desconfiança face ao exterior, ora se refugia(va)m nos laços de parentesco e vizinhança, ora procura(va)m escolher para padrinhos dos baptizados e casamentos dos seus filhos membros das famílias mais ricas ou influentes da aldeia ou da região, tal como os dados dos assentos de casamento dos registos paroquiais evidenciam (cf. anexo n.º 1). Em 92,6% e 81,8% dos casamentos ocorridos entre 1860-1985, respectivamente em Selima e Aguaril, foram escolhidos para padrinhos padres, proprietários e lavradores, pequenos comerciantes e industriais, empregados e funcionários públicos, cabendo 5,6% e 14,7% a artesãos e operários e restando apenas 1,8% e 3,5% a caseiros, jornaleiros e criados. Além disso, um outro indicador relevante para reforçar os tipos dominantes de apadrinhamento é o facto de, no mesmo período, justamente em colectividades com elevada percentagem de analfabetos, 80,7% dos padrinhos em Selima e 88,4% em Aguaril saberem assinar o nome (ACA e ACS, 1860-1985).

Entre os pais e os padrinhos do afilhado entabula(va)-se uma relação de parentesco ritual através da instituição conhecida por compadrio. A relação de compadrio, embora não se verifique apenas entre desiguais e possa incluir uma forte componente de amizade, se não o é, pode tornar-se ou patrocinal ou, pelo menos, imbuída de traços de amizade instrumental, tal como Pitt-Rivers (1971, p. 140), Campbell (1964, pp. 232 e segs.) e Mintz e Wolf (1967, pp. 194 e segs., e 1980, p. 34) já o salientaram.

Os afilhados e suas famílias esperavam dos seus protectores, além do folar anual, a satisfação das tradicionais obrigações sociais: por exemplo,

prendas em géneros ou roupas, cedência de bens móveis ou imóveis, ofertas em dinheiro e, por vezes, o pagamento de estudos, o empenhamento em meter «cunha» para obter emprego e ajuda na resolução de eventuais problemas. Contrariamente à conclusão dos estudos de Kenny e Wolf ²³ de que o padrinho-patrono receberia apenas bens intangíveis (honra, prestígio), ter afilhados em Selima e Aguaril implicava, todavia, dispor a todo o momento de um largo contingente de mão-de-obra barata ou em troca da simples alimentação. Paralelamente a formas relativamente simétricas de entreajuda e tradutoras de amizade solidária, o sistema de troca nas relações entre actores com posses desiguais tem constituído, sobretudo na primeira e segunda fases, o mecanismo de legitimação dos actores económica ou politicamente mais providos sob formas de reconhecimento e gratidão. Criadores de dívidas, o favor e a dádiva, transfigurados sob a linguagem da amizade e/ou perpassada de certa afectividade, constituíam «contrapartidas simbólicas» de preço bastante elevado e, não raro, uma subtil forma de controle social e político ²⁴.

A fim de limitarem a dependência face aos patronos, sobretudo quando credores, as famílias endividadas, se publicamente exibiam perante estes um «cordial» relacionamento, mantinham o mais possível em segredo os seus problemas internos, de modo a evitarem conluios ou especulações de potenciais compradores e/ou prestamistas, para os quais tinham uma série interminável de obrigações: presentes e jantares, disponibilidade para testemunhar em tribunal, alienação de bens por «preço de amigo».

Dada a rigidez hierárquica da estrutura sócio-política local, pedidos que implorassem protecção face a estranhos ou remoção de obstáculos perante as autoridades e sobretudo estratégias que implicassem mobilidade social ascendente ou simples melhoria de condições de vida eram, se não bloqueados, sujeitos a critérios restritivos ou discricionários. Na ineficiente e opaca burocracia portuguesa, sobretudo até recente data, a actividade mediadora, tornando audível a voz da pessoa afectada, introduz(ia), deste modo, um elemento de flexibilidade e possibilita(va) que estratégias paralelas e informais produzissem certa eficácia, um fenómeno aliás igualmente constatado por outros autores como Campbell (1964, p. 247), Boissevain (1966, p. 29) e Sayari (1977, p. 106), respectivamente na Grécia, na Sicília e na Turquia. Os próprios moradores, interiorizando a sua incapacidade de manipularem directamente os canais de poder camarário ou estatal e partin-

²³ Cf. Kenny, 1962, p. 136, e Wolf, 1980, p. 34, se bem que Wolf relacione a variabilidade funcional do compadrio horizontal e vertical com diferentes contextos históricos (cf. Mintz e Wolf, 1967, pp. 176 e segs.), aspecto também focado por Abercrombie e Hill, 1976, pp. 421, referindo, todavia, estes últimos que as trocas resultam materialmente assimétricas em favor do cliente.

²⁴ Sobre a dádiva, cf. Mauss, 1950, pp. 239 e segs., e, enquanto instrumento de coesão, reapropriação e controle sociais, cf. Bourdieu, 1980, pp. 215 e segs., ou como simples ritual de dominação política, cf., respectivamente, Silverman, 1970, pp. 327-338, Bloch e Guggenheim, 1981, pp. 376-386, e Castillo, 1989, pp. 149 e segs.

do eles do princípio de que o sistema jurídico-administrativo esta(va) feito para obstruir os seus projectos ou, como verifica Riegelhaupt (1979, p. 513), para os ludibriar, serviam-se ou negociavam com um influente medianeiro (localmente denominado «misseiro») que intercedesse junto do respectivo funcionário ou «doutor». Por seu turno, o detentor da decisão fazia, não raro, depender o tratamento dos assuntos, ora da lealdade religiosa ou política do cliente, ora de uma gratificação (dinheiro ou géneros, tais como vinho, presunto, frango, cabrito).

Só no fim da década de 1960, aliás de acordo com a considerável mudança na formação social portuguesa (Silva, 1989, pp. 113-134), as migrações, em particular a emigração maciça, constituindo-se válvula de escape para um ambiente cada vez mais tenso a nível local e proporcionando uma melhoria de condições, viriam aliviar um tanto não só os moradores pobres que partiram, como os que ficaram, o que os leva a desabafar: «Se não fosse a emigração, comíamos-nos uns aos outros.»

A descompressão na competição interna do trabalho e a diminuição da pressão sobre a terra permitiram reduzir a vulnerabilidade e o diferencial de poder de jornaleiros, artesãos e camponeses pobres face a proprietários e lavradores. Esta nova situação, gerando relações salariais menos personalizadas (abandono do «trabalho por favor» e maior ocorrência de «trabalho a seco», sem incluir comida) e condições de arrendamento mais negociadas e menos desfavoráveis, afrouxava, assim, a hegemonia dos proprietários e lavradores e implicava, conseqüentemente, o desafiar tácito do código tradicional das relações de lealdade ou de «boa fé», em termos de Bourdieu (1980, p. 195).

3.2. A FLORESTAÇÃO EM SELIMA: A DISCRICIONARIEDADE

A realização dos objectivos estatais de submissão de populações como Selima e outras seria, além de ineficaz, impensável sem o assentimento acomodatório de diversos moradores e sobretudo sem a cumplicidade da junta e a convivência de alguns agentes internos, os quais, além de, segundo um informante, terem feito «desaparecer documentos comprovativos da pertença do monte à freguesia», teriam usurpado logradouros comuns sob o beneplácito dos serviços florestais²⁵. De salientar sobretudo a figura-chave de Raposo, que, conhecido por «corça», «raposa» e «manda-chuva», assumia um misto de mediador financeiro e político. Segundo um filho de uma das suas vítimas, «mandava apedrejar os seus concorrentes do comércio, emprestava dinheiro com o intuito de apoderar-se das terras dos devedores

²⁵ Tentativas de apropriação, usurpação ou simples cessão de parcelas de logradouro podem detectar-se em várias actas, entre as quais as de 2-11-1902 e 19-12-1920 e, mais tarde, as de 17-5-1959, 27-7-1969, 31-5-1973, 30-12-1973, 31-10-1975, 2-1-1976 e 20-1-1976, além de documentos de algumas sisas: n.º 203, de 25-6-1944, 230 e 280, de 22-8-1944, 188, de 11-6-1945, e 139, de 25-4-1954.

e movia os cordelinhos para reunir em sua casa os da câmara e os dos serviços florestais para nomear os membros da junta».

Este tipo de práticas correntes de vinculação pessoal e, simultaneamente, de violência, ora latente, ora manifesta, até à década de 60 constitui um dos indicadores sintomáticos de como o Estado ainda não monopolizava o exercício da força física a nível local, o qual ficava ao critério discricionário dos agentes da autoridade local, cujo limite seria determinado pela relação de forças locais, pela política da «boa reputação», na expressão de Bailey (1971), e pela presença ou não de superior força física por parte dos concorrentes e das vítimas.

Não obstante outros mediadores locais, como a família Milheiro, se oporem a estratégias de conluio com os serviços florestais, o papel crescente de mediadores pactuantes, como, por exemplo, Raposo e Urbano, vai de par com uma diminuição considerável da capacidade de resistência da colectividade perante um Estado que interfere, directa ou indirectamente, cada vez mais em assuntos outrora do seu foro exclusivo. Assim, se antes do repovoamento florestal os montanheseiros de Selima eram senhores do território, cultivavam centeio, recolhiam, sem licença superior, matos e lenhas, fabricavam carvão — para alguns única fonte de subsistência — e organizavam livremente o pastoreio do gado sem se preocuparem com o facto de os animais invadirem ou danificarem a área florestal, com os planos de arborização estatal ficavam-lhes vedadas tais actividades nessa área, o que os forçaria a construírem, por sua própria conta, um muro à volta da zona interdita à pastagem.

Se o gado entrasse na área controlada pelos serviços florestais, os guardas florestais, coadjuvados por zelosos rondistas locais, mesmo sem qualquer danificação, podiam aplicar aos donos multas de 25\$00 por cada cabra ou 70\$00 por cada vaca «transgressora». Quem não tivesse dinheiro para pagar teria de deixar como caução o anel, a fieira ou o cordão de ouro ou até, por vezes, hipotecar uma terra para obter dinheiro; de outro modo o animal ficava apreendido. Além das multas (e dos roubos de animais ocorridos sobretudo na zona fronteiriça), a consumação dos planos de florestação, na base do decreto de 14 de Outubro de 1944, veio contribuir decisivamente para uma diminuição e mesmo extinção do efectivo pecuário em várias famílias, além de redução do necessário estrume para as culturas, provocando, assim, um desequilíbrio eco-agrícola entre gado, estrume e culturas. Tomando o ano de 1945 como ano de base (= 100), só entre 1945 e 1960 Selima teria reduzido o seu quantitativo pecuário para 46,8% no gado bovino, 20,5% no caprino e 26,4% no ovino, défice este que jamais viria a ser colmatado e só apenas atenuado com as poupanças migratórias a partir de 1964 (anexo n.º 2). Por outro lado, da venda das árvores plantadas pelos serviços florestais, apenas reverteriam para as juntas de freguesia 10% do valor global a partir de 1962 e 25% desde 1972, elevando-se, no pós-25 de Abril, para 70% ou 60%, conforme a gestão coubesse às próprias colectividades ou ao Estado (Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de Janeiro).

A discricionariedade dos guardas era notável. Além de, por vezes, embolsarem salários de dias não ocupados pelos trabalhadores manuais nos serviços florestais, multavam ou perdoavam a multa, «conforme os seus gostos e conveniências», e às carvoeiras interceptavam-nas, ameaçavam-nas ou apreendiam-lhes o carvão ou então, segundo o testemunho das mesmas, faziam com elas chantagem, enquanto «presas», a nível sexual.

Tais acções deixariam marcas indeléveis na memória colectiva da população, ainda hoje visíveis num relacionamento ressentido com ex-rondistas, guardas e sobretudo a direcção do Parque da Peneda-Gerês. Embora nas últimas décadas Selima visse aumentados os seus rendimentos florestais e beneficiasse de pequenos melhoramentos infra-estruturais e (tardias) indemnizações pelas perdas de animais causadas pelos lobos, acabaria por nem sequer ser consultada em certos projectos (por exemplo, cedência de um edifício à FAOJ em 1981 para pousada) e veria perder progressivamente em favor do referido parque a posse e a gestão sobre os seus recursos naturais.

3.3. A INTERVENÇÃO EM AGUARIL: A DIVISÃO FACCIONAL

Contrariamente a Selima, Aguaril não conheceu processos de expropriação de recursos com tão grandes dimensões e, consequentemente, os conflitos com a câmara ou o Estado foram de menor relevo. No entanto, a interferência estatal, mediada pela câmara, delegando na junta e sobretudo no seu aliado local — o empreiteiro e presidente da junta Severino — certas competências para a implementação do projecto de uma estrada (AP 10.384), representaria uma das maiores fissuras no seio da aldeia. A este propósito, famílias e os próprios membros da junta não só reavivaram internas querelas parentais, como assumiram posições diferenciadas e, por vezes, antagónicas de tipo faccional. Além da expectativa e da passividade das casas não afectadas, é de salientar a atitude do presidente da junta enquanto gestor do projecto, o qual, sendo, por um lado, apoiado pelos seus jornaleiros e artesãos dependentes, sofreria, por outro, a oposição e até a rebelião declarada de alguns lavradores. Estes viriam a instaurar um processo contra a câmara e contra a própria junta, nomeadamente contra o seu presidente, a quem apelidavam de «fiteiro», «bicho daninho», «amigo dos da câmara». Os autores reclamantes, além de exigirem a construção de sifões para a rega das terras adjacentes e a reparação de muros demolidos, requeriam a indemnização pela expropriação de terrenos e estragos causados, designadamente o corte abusivo de videiras e árvores de fruta, a inacessibilidade e o rebaixamento das serventias. A divisão interna na aldeia e sobretudo uma dívida de 14 000\$00 de Severino a um credor forâneo, de que o secretário e o tesoureiro eram garantes, induziram estes a dessolidarizarem-se do presidente e a câmara a entregar ao referido credor os previstos 10 000\$00 de indemnizações aos moradores afectados. Por seu turno, finalizada a estrada

em 1945, o presidente da câmara, a 22-3-1948, já não precisando da mediação do presidente da junta, demite-o e exara um despacho remetendo a responsabilidade dos danos para a junta, «com a qual os proprietários combinaram as expropriações» (TB P 634, 1.^a S, M 543).

A nível estatal, o governo salazarista interviria ainda na política vinícola. Aduzindo razões de qualidade e concorrência, decretaria uma restrição na plantação da vinha americana, além de ordenar o arranque e a enxertia das já existentes, medida esta que em Aguaril não suscitou incidentes relevantes devido a uma oposição furtiva, inclusive por parte dos lavradores empossados nas sucessivas juntas. Todavia, a nível concelhio, numa circular de 26-3-1937 emitida pelo presidente da comissão administrativa da câmara, os mediadores locais, nomeadamente os párocos, seriam instados a desempenharem o seu papel persuasor junto dos viticultores, «exercendo a sua valiosa influência no sentido de obterem os melhores resultados. A bem da Nação.»

De acordo com a ideologia dominante sob o «Estado Novo», as funções de previdência social caberiam apenas supletivamente ao Estado, devendo ficar, tal como referem as próprias actas da câmara (AB 17-4-1941), a cargo da iniciativa particular, da família e dos mecanismos de entreajuda comunitários sob os auspícios dos patronos locais. Para além dos constrangimentos sócio-económicos da formação social da época, a componente político-ideológica sob o «Estado Novo», teria, portanto, contribuído para que, comparativamente a padrões de desenvolvimento europeus, os mínimos cuidados de saúde e segurança social fossem, se não inexistentes, pelo menos tardios, precários e canalizados através das «casas do povo».

Eivada desde o início de um espírito corporativo centralista, com a imposição de pagamento de quotas e provimento de funcionários, a respectiva Casa do Povo de Aguaril — bem como, aliás, a de Selima, cujas sedes se situavam em freguesias circunvizinhas — teria, com o perfil autoritário de alguns responsáveis, provocado algumas relutâncias. Apesar disso, os funcionários localmente recrutados, pressionando ou enxertando directrizes superiores do regime corporativo nas relações patrocinais vigentes, teriam logrado amortecer de modo hábil esporádicas ou virtuais resistências locais.

4. A INCORPORAÇÃO: O MEDIADOR COMO AGENTE PARTIDÁRIO (1974-1990)

Com a mudança provocada pela emigração nos finais da década de 60 e sobretudo com a nova configuração do sistema pluripartidário no pós-25 de Abril de 1974 diminui a imperatividade do poder sancionatório local e desprende-se ligeiramente o controle hegemonizado por determinadas personalidades locais, permitindo uma certa desinibição e multiplicação, ora de velhos e novos mediadores concorrentes, ora das famílias contestatárias do antigo poder local.

Quebradas um tanto, na expressão de Alavi (1973, p. 29), as «lealdades primordiais», emergem padrões de individualização» (cf. Thomas e Znaniecki, 1984, pp. 90 e segs.), de modo a entrar em crise a velha coesão sob a autoridade tradicional. Consequentemente, devido a realinhamentos de facções em base parental, associativa e sobretudo partidária ²⁶, a coletividade local fragmenta-se. Formam-se, assim, segmentos que, embora aproveitando ainda identidades familiares ou de grupo, se orientam, todavia, para alianças com entidades ou grupos da sociedade envolvente, o que representa um enfraquecimento do patrocínio tradicional.

4.1. SELIMA

De entre as diversas vicissitudes e incidentes do processo pós-25 de Abril em Selima, designadamente os conflitos entre a facção pró e a facção anti-padre (por exemplo, gestão de uma capela local), é digno de realce o caso paradigmático da expropriação de terrenos para a construção de uma barragem, sendo de relevar os métodos aplicados pela empresa estatal, a EDP. Perante as primeiras e fugidias incursões de técnicos e funcionários da EDP para identificação dos terrenos, não se fizeram esperar reacções radicais por parte de alguns moradores: «Eu não digo quais são as minhas terras. Se os vejo a pisá-las, mato-os.» Apesar das atitudes espontâneas de oposição pela população — a que uma comissão de defesa procurou dar corpo e apelar a figuras ou poderes no exterior (jornalistas, partidos políticos, Ministério das Obras Públicas) — a EDP viria a contar, fora e dentro da aldeia, com aliados, cujos interesses se conjugariam parcialmente com os seus. Fora da aldeia convergiriam os partidos políticos governamentais do bloco central (PSD e PS), partidários de projectos infra-estruturais de modernização, ainda que em detrimento dos interesses ditos particularistas da comunidade, os quais, segundo os dirigentes da EDP, deveriam supeditar-se «ao interesse público», traduzido no aumento de 10% de produção de energia hidráulica nacional. A nível regional e municipal, acresceriam as estratégias dos respectivos responsáveis, designadamente camarários, a quem convinha canalizar fundos em vista de melhoramentos infra-estruturais e manter o empreendimento sob a jurisdição do «seu» município.

Dentro da aldeia, independentemente da quietude do pároco — que ou se distanciaria ou aconselharia a moderação —, a EDP pôde contar com a anuência da junta de freguesia, particularmente do seu presidente. Este, na mira de manter o lugar alcançado pela via partidária sob o *fiat* do presidente da câmara, e após obter como prémio da sua inércia pactuante um posto de

²⁶ Cf., a este respeito, Cabral, 1986, pp. 14 e segs. A possibilidade de maior liberdade de opção devido à multiplicação competitiva de agências estatais, partidos, mediadores e respectivos recursos foi igualmente verificada noutras situações por Huizer, 1965, pp. 142-143, Silverman, 1965, p. 187, Weingrod, 1967, pp. 384 e segs., Sayari, 1977, p. 109, e Loizos, 1977, p. 116.

trabalho de vigilante, comportar-se-ia, no dizer de um morador, como um «cordeiro manso» e afirmaria: «A junta não tem nada a ver com isso, são assuntos particulares, a EDP precisa mais do terreno do que os nossos filhos!»

Tendo os representantes do poder local claudicado face aos objectivos estratégicos da EDP, a direcção desta, através da perícia dos seus experientes negociadores, conseguiria, na base de tática de «falas mansas» e de uma abordagem atômica, convencer os moradores de cada casa de Selima de que, não oferecendo resistência frontal à câmara e à EDP, os seus terrenos seriam «melhor avaliados e os seus filhos recompensados com postos de trabalho». Por outro lado, além de aliciarem as famílias mais modestas com a estimulante ideia de auferirem juros do dinheiro «sem esforço», os negociadores não só segredavam a cada vendedor o pagamento de um preço mais elevado do que às demais famílias, como, de acordo com a resistência do cliente, bem como da sua posição e capacidade negociadora, atribuíam preços diferentes a terrenos da mesma qualidade.

Simultânea ou seguidamente, para os elementos mais recalcitrantes e para membros da própria comissão de defesa congeminaram táticas dissuasoras, difundindo o espectro da expropriação forçada por utilidade pública e até ameaças intimidatórias de prisão. Já, porém, aos líderes de opinião favoráveis ou adversários convertidos acabariam por destinar-lhes postos de trabalho, avaliar-lhes mais favoravelmente os terrenos e, inclusivamente, nalguns casos, registar em seu nome terrenos baldios. E, a nível de opinião pública na aldeia, fizeram circular rumores de que a família influente A ou B já tinha assinado e, mais tarde, de que mais de 50% das famílias já haviam cedido, o que teria induzido as famílias indecisas a assinarem os contratos dos terrenos a expropriar.

Dada a falta de organização colectiva adequada, as divisões e as suspeições intracomunitárias e a preponderância das estratégias familistas (indiferença das famílias não afectadas, estratégias jurídicas, em 14 casos, de reavaliação de prédios dados como omissos, tentativas de tratamento de favor por engenheiros e técnicos), a comissão de defesa iria perdendo força, dando lugar a uma atitude generalizada de claudicação e resignação perante o colossal binómio da EDP-Estado: «Então você já viu um cão pequeno a morder num grande?»

Apesar dos estratagemas utilizados, a ausência de força negocial veio permitir que, de modo geral, os habitantes atingidos fossem indemnizados com valores extremamente baixos e os seus mais férteis terrenos expropriados a preços, se não matriciais, bastante inferiores aos preços do mercado fundiário na região, variando o leque, pelo menos até 1985, entre 20\$00 e 80\$00 por metro quadrado, preços estes não precisados ou até negados por responsáveis da EDP, que se limitariam a dizer terem sido praticados «os preços legalmente estabelecidos». Para as famílias expropriadas (cf. anexo n.º 3), a injustiça e o tratamento discriminante por parte da EDP/Estado — em que, por vezes, um dos juizes é por alguns moradores co-responsabilizado — tornam-se tanto mais flagrantes quanto a mesma entidade, devido

certamente às pressões das autoridades galegas e seus representados, atribui ao mesmo tipo de terrenos, nas limítrofes terras da Galiza, preços que se situariam entre 500\$00 e 800\$00 o metro quadrado!

Diversas famílias, ora revoltadas, ora impotentes pelo modo como foram ludibriadas, não se têm cansado de lamentar o sucedido, induzindo esta dolorosa experiência um dos moradores mais idosos, a chorar, perante o espectáculo da barragem «engolindo» as suas terras:

Tanto passamos nós e os nossos pais e avós para arrancarmos um pedaço de terra, cultivá-lo e conservá-lo para agora ir perder-se nas águas da barragem! O Estado levou-nos o gado; agora a EDP leva-nos os terrenos. Mais valia levar-nos tudo e indemnizar-nos, de modo a podermos recomeçar a vida noutro sítio do que deixar-nos só as casas!

A demissão da junta de freguesia face às pressões exteriores tornar-se-ia mais visível a respeito da cessão gratuita de águas, do arrendamento de 178 010 m² a 60 000\$00 por ano e, de acordo com a Lei n.º 39/76, de 19 de Janeiro, a Lei n.º 40/76 e a Portaria n.º 117/76, de 1 de Março, da ilegal alienação de 57,4000 ha de terrenos comunais pelo preço global de 3 700 contos à razão de 8\$00 o metro quadrado (quadro n.º 2).

Bens comunais expropriados pela EDP

[QUADRO N.º 2]

Número	Área (metros quadrados)	Destino	Preço	Preço/metro quadrado
1	101 370	Albufeira	810 000\$00	7\$99
2	86 643	Albufeira	693 000\$00	7\$99
3	31 630	Albufeira	190 000\$00	6\$00
4	1 800	Albufeira	22 000\$00	12\$22
5	142 348	Albufeira+pedra	695 000\$00	4\$88
6	36 674	Pousada	586 000\$00	15\$97
7	166 980	Albufeira	667 000\$00	3\$99
8	7 330	Albufeira	37 000\$00	5\$04
<i>Total</i>	<i>574 775</i>	—	<i>3 700 000\$00</i>	<i>8\$01</i>

Fonte: Escritura notarial de 13 de Dezembro de 1984, cedida por um morador.

Fazendo uma retrospectiva da evolução sofrida em Selima devido ao processo de construção da barragem, poder-se-á referir que a configuração de Selima tem sofrido consideráveis modificações no seu ecossistema, no grau de circulação de bens e pessoas, particularmente no aumento de casamentos exogâmicos e penetração de alguns novos estilos de vida. É, porém, sobretudo na esfera das economias domésticas que se verificaram transformações mais significativas. Saudada por alguns que, obtendo tra-

balho, não sofreram expropriações, a transferência de força de trabalho agro-pastoril de Selima para o sector da construção na barragem, ainda que limitada, reforça o processo de transição de uma economia agro-pastoril relativamente autónoma para um mosaico de economias domésticas dependentes de várias fontes de rendimento externas.

4.2. AGUARIL

Passado o período conturbado de 1974-1975, o comando da aldeia seria justamente retomado pela família Fortuna, nomeadamente por Donato, filho do antigo presidente da junta de freguesia, que, sob novos métodos e estilo, conseguiria, paulatinamente, reproduzir a sua tradicional e efectiva autoridade familiar. Tendo conseguido, graças às suas conexões com influentes cidadãos, tornar-se funcionário e, posteriormente, ascender à categoria de oficial no Tribunal de Barcelos, filiou-se e tornou-se um acérrimo activista pelo PSD. Esta ligação permitir-lhe-á manter bons contactos com notáveis municipais, designadamente nos meandros da justiça comarcã, o que inibe diversos moradores de lhe lançarem qualquer invectiva censória. Acresce que a sua posição é reforçada pelo facto de a esposa ser professora na aldeia, de modo a haver famílias que se sentem algo dependentes quanto à avaliação escolar dos filhos.

Se bem que o seu pequeno poder seja, ora sobrestimado por conterrâneos seus, ora rejeitado e contestado por outros mediadores concorrentes integrados no mesmo ou noutros partidos, Donato funde em si o papel de patrono pela supremacia fundiária da família com a de principal mediano para a maior parte dos habitantes de Aguaril (e de freguesias circunvizinhas), aos quais presta os tradicionais «jeitos» e «favores» perante problemas que os aflijam: doenças, reformas, processos burocráticos, designadamente judiciais. Por outro lado, além de competir mais eficazmente na drenagem e gestão de recursos colectivos (melhoramentos infra-estruturais em estradas, caminhos ou transportes), liderou a construção de um «salão paroquial» — que, numa estratégia de descolagem do patrocínio da Igreja, rebaptizá-lo-á de «centro social» —, acabando, todavia, por aí instalar, em convénio com a câmara e a Igreja, uma «casa-escola agrícola».

Não sabendo os seus clientes exactamente até onde se estende a sua rede de contactos, Donato vai operando na sombra da própria junta de freguesia e alimentando as representações dos conterrâneos com um misto de feitos e promessas. Os casos bem sucedidos apresenta-os como obra dos seus esforços e influências, quando não raro se trata da aplicação de disposições legais ou sentenças judiciais isentas. Porém, no ciclo de circulação de bens e serviços, esta primeira fase de criação de clientes-devedores, sem exigir contrapartidas imediatas, nomeadamente financeiras, foi extremamente

importante para se validar e transmutar esses favores acumulados num crédito social alargado e, a médio prazo, tornar-se uma figura benquista da maioria dos contrerrâneos. Agindo nos interstícios do poder camarário e da aldeia, o objectivo central de Donato é prender cada uma das famílias à sua pessoa e, por um ou outro favor concedido, torná-las devedoras, dependentes, a fim de aumentar a sua credibilidade, mas mantendo em cuidadoso sigilo algumas das suas fontes, canais e instrumentos de poder local.

A acção do mediador Donato caracteriza-se, assim, por uma versátil duplicidade. Se para os seus subordinados e clientes da aldeia se projecta como seguro como dirigente de orquestra, para com certos notáveis e letrados da cidade apresenta-se como lisonjeiro servidor. Se utiliza diversas tácticas, tais como encenar honrosas recepções a notáveis cidadãos no «seu» centro social, a fim de obter alguns fundos e benefícios, também investe politicamente, dando a cara e percorrendo com fervor as aldeias em apoio aos candidatos do «seu» partido.

As relações de domínio patrocinal em Aguairil tornam-se subtilmente eficazes justamente por se encontrarem perpassadas de uma convivência num território comum, acrescida de um certo reconhecimento e afectividade, o que contribui para manter duráveis as relações, assaz personalizadas, entre o mediador Donato e os seus contrerrâneos-clientes.

5. CONCLUSÃO

O patrocínio não constitui um atributo inerente à natureza humana nem tão-pouco um traço indelével de determinada cultura nacional ou regional. É antes historicamente condicionado e, como tal, é susceptível de modificar-se, readaptar-se e até desaparecer devido a ou perante novas situações ocorridas, designadamente na sociedade envolvente.

Central na análise de um tal processo é a relação triádica entre camponeses, mediadores e câmara/Estado, a qual se tem diversamente configurado ao longo do tempo, sendo a função principal do mediador, em troca de alguns dividendos, preencher o fosso entre as entidades camarárias e estatais e as colectividades locais. A eficácia do papel dos mediadores depende não só da configuração sócio-económica dominante, como sobretudo da organização sócio-política e do grau de resistência dos próprios actores-sujeitos. Estes, sobretudo a partir da década de 70, têm-se apresentado frágeis, não tanto pelos métodos violentos das instituições estatais, mas mais pela convivência de diversos tipos de mediadores internos, nomeadamente dos actores revestidos de poder local.

Em contexto agrário, com recursos limitados, rigidez estatutária e uma mobilidade (geo)social inexistente ou restrita, as aparentes ou reais atitudes de apoio ou lealdade sócio-política e religiosa dos clientes face a patronos

e mediadores obedeciam a imperativos racionais de sobrevivência, segurança ou melhoria de posição. É justamente na função mediática mais personalizada com a sociedade envolvente que as relações patrocinais, prolongando, ainda que de modo diferente, as demais relações sociais de parentesco e vizinhança, possuem dinâmica própria — frequentemente envolta sob um manto moral, religioso e cada vez mais partidário —, mas não estão desligadas das economias locais e correlativas diferenciações sociais.

O comportamento mutável dos actores-clientes, assim como os reajustamentos político-ideológicos dos seus mediadores, dever-se-ão articular com as reestruturações e mudanças no tecido sócio-económico e com a dinâmica da micropolítica local, nomeadamente o facto de surgirem novos canais alternativos de poder e de protecção. Se a implementação do regime pluripartidário enfraqueceu o patrocínio tradicional, tal não envolveu necessariamente o seu desaparecimento, mas antes a sua transformação e diluição nos arranjos institucionais, de modo a coexistir com solidariedades de tipo horizontal. De qualquer modo, verifica-se uma diminuição do papel dos tradicionais patronos e mediadores em ambas as aldeias e, provavelmente, na sociedade rural minhota. Assim, enquanto nas primeiras décadas do século os representantes locais constituíam um forte contraponto ao poder camarário e estatal e nos anos 40-50 os emergentes caciques Raposo e Severino se afirmavam de modo violento e justiceiro como autênticos donos do território, nas décadas de 50-70 os patronos Major, Milheiro e Fortuna, ao serem nas suas respectivas aldeias elos ocasionais com os poderes camarários, granjeavam, de modo patriarcal e afectivo, força de trabalho (quase) gratuita. No pós-25 de Abril de 1974, se os líderes partidários e camarários, para reforçarem o seu próprio poder, multiplicam redes de contactos e favores, empregos e demais recursos públicos em troca de empenhamento e apoio eleitorais, os mediadores políticos, como Donato, tornaram-se agentes competitivos e integrados em estruturas (para)partidárias e camarárias.

À medida que se realiza o processo de incorporação das economias artesanal, campesina e pastoril na economia e sociedade englobantes, as entidades camarárias e estatais, ainda que de modo mediado e subtil, vão interferindo e exercendo as suas funções de integração e controlo sobre colectividades como Selima e Aguaril.

ANEXOS

Padrinhos de casamento (1860-1985)

[ANEXO N.º 1]

Anos	Selima-Belinhas (profissão)								Aguaril (profissão)							
	a	b	c	d	e	f	g	Total	a	b	c	d	e	f	g	Total
1860-1869 ...	9	22	-	-	2	-	23	56	10	15	-	1	1	3	8	38
1870-1879 ...	1	54	-	5	-	-	2	62	19	17	-	-	4	-	2	42
1880-1889 ...	7	43	1	4	-	-	13	68	10	23	-	-	-	-	5	38
1890-1899 ...	2	91	-	1	3	2	11	110	23	21	-	-	1	4	3	52
1900-1909 ...	2	72	-	3	-	1	6	84	13	42	1	1	4	5	6	72
1910-1919 ...	1	35	1	2	1	-	16	56	3	24	1	-	1	1	2	32
1920-1929 ...	1	80	-	5	1	1	14	102	5	40	-	-	1	-	-	46
1930-1939 ...	3	73	-	14	8	5	11	114	-	37	-	-	3	3	1	44
1940-1949 ...	3	81	7	7	16	4	4	122	-	35	-	1	13	5	2	56
1950-1959 ...	1	98	12	17	12	2	-	142	2	40	5	2	8	2	1	60
1960-1969 ...	-	95	7	22	5	5	4	138	-	60	6	13	23	1	-	103
1970-1979 ...	1	104	10	14	14	-	33	176	1	29	7	11	25	-	1	74
1980-1985 ...	-	30	-	4	1	-	29	64	-	23	6	10	16	-	1	56
Total ...	31	878	38	98	63	20	166	1 294	86	406	26	39	100	24	32	713
Porcentagem	2,4	67,9	2,9	7,6	4,9	1,5	12,8	100	12	57	3,6	5,5	14	3,4	4,5	100
descontando os desconhecidos	1 128															
Porcentagem	2,7	77,8	3,4	8,7	5,6	1,8	-	100	12,7	59,6	3,8	5,7	14,7	3,5	-	100

a = padre, minorista; b = proprietário, lavrador-lavradeira/doméstica; c = industrial, comerciante; d = empregado, funcionário; e = artesão, operário; f = caseiro, jornaleiro, criado; g = desconhecido/ ilegível.

Fonte: Registos paroquiais, assentos de casamento, 1860-1985.

Evolução da posse do gado: 1945-1970 (Selima)*

Tipo de gado (índice: 1945=100)

[ANEXO N.º 2]

Anos	Bovino		Caprino		Ovino		Suíno		Equino	
	N.º de indivíduos	Porcentagem	N.º de indivíduos	Porcentagem	N.º de indivíduos	Porcentagem	N.º de indivíduos	Porcentagem	N.º de indivíduos	Porcentagem
1945-1947	402	100,0	1 207	100,0	579	100,0	97	100,0	11	100,0
1949-1951	351	87,3	1 260	104,4	495	85,5	95	97,9	14	127,3
1954-1956	348	86,6	822	68,1	311	53,7	78	80,4	4	36,4
1959-1961	188	46,8	247	20,5	153	26,4	33	34,0	0	0,0
1964-1966	309	76,8	312	25,8	146	25,2	21	21,6	0	0,0
1969-1971	316	78,6	329	27,3	357	61,6	23	23,7	0	0,0
1974-1976	276	68,6	235	19,5	29	5,0	24	24,7	0,3	2,7
1979-1981	338	84,1	471	39,0	26	4,5	9	9,3	1	9,1
1984-1986	294	73,1	394	32,6	16	2,6	5	5,2	0	0,0

* Os números obtidos representam valores médios do quantitativo global de cabeças registado em cada um dos referidos triénios.

Fonte: Livros 1, 1A, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 das «Guias de pastagem do gado», Guarda Fiscal, 1945- 1986.

Famílias e terrenos expropriados pela EDP

[ANEXON.º 3]

Carros de terra	Número de famílias	Porcentagem	Carros de mato	Número de famílias	Porcentagem
0	62	50,0	0	120	96,0
1 - 5	17	13,7	1 - 5	2	1,6
6 -10	25	20,1	5 -10	0	0,0
11 -20	12	9,6	10 -20	0	0,0
> 20	1	0,8	> 20	1	0,8
S/inform.	8	(6,4)	-	2	(1,6)
	124	100,0	-	124	100,0

Fonte: Inquérito local, Selima, 1985; 1 carro de terra = ± 90 m2.

BIBLIOGRAFIA

- ABERCROMBIE, Nicholas, e Stephen Hill (1976), «Paternalism and patronage», in *British Journal of Sociology*, vol 27, 4, 413-429.
- ALAVI, Hamza (1973), «Peasant classes and primordial loyalties», in *The Journal of Peasant Studies*, vol 1, 1, 23-62.
- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- ATTALIDES, Michael (1977), «Forms of peasant incorporation in Cyprus during de last century», in E. Gellner e J. Waterbury (org.) *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 137-155, Londres, Duckworth,
- BADER, Veit Michael, e Albert Benschop (1988), *Ongelijkheid*, Groningen, Wolters-Noordhoff.
- BAILEY, F. G. (1969), *Stratagems and Spoils. A Social Anthropology of Politics*, Oxford, Basil Blackwell.
- BAILEY, F. G. (1971), *Gifts and Poison: the Politics of Reputation*, Oxford, Basil Blackwell.
- BANFIELD, Edward C. (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*, Glencoe, The Free Press.
- BARROS, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o Caso de Uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARTH, Fredrik (1966), *Models of Social Organization*, Londres, Royal Anthropological Institute.
- BATISTA, Fernando Oliveira (1980), «Economia de latifúndio — o caso português», in A Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, 341-382, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BLOCH, Maurice, e S. Guggenheim (1981), «Compadrazgo, baptism and symbolism of a second birth», in *Man*, 16, 376-386.
- BLOK, Anton (1969), «Peasants, patrons and brokers in western Sicily», in *Anthropological Quarterly*, 42 (3), 155-170.

- BLOK, Anton (1972), «The peasant and the brigand: social banditry reconsidered», in *Comparative Studies in Society and History*, 14, 4, 494-503.
- BLOK, Anton (1973), «Man as an entrepreneur», in *Man*, 225-234.
- BLOK, Anton (1974), *The Mafia of a Sicilian Village*, Nova Iorque, Harper and Row.
- BODEMANN, Y. Michael (1982), «Class rule as patronage: kinship, local ruling cliques and the state in rural Sardinia», in *Journal of Peasant Studies*, vol. 9, 2, 147-175.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1966), «Patronage in Sicily», in *Man*, 1, 18-33.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1969), «Patrons as brokers», in *Sociologische Gids*, 1, 379-385.
- BOISSEVAIN, Jeremy [1978 (1974)], *Friends of Friends, Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris, Minuit.
- BREMAN, J. C. (1969), «Veranderingen in de betrekkingen tussen landheren en landarbeiders in Zuid-Gujarat, India», in *Sociologische Gids*, 1, 395-402.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1986, «L'Etat et paysannerie», in *Sociologia Ruralis*, vol. xxvi, 1, 6-19.
- CAMPBELL, John K. (1964), *Honour, Family and Patronage: a Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community*, Oxford, Clarendon Press.
- CAPELA, José (1989), *A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos*, Barcelos, Barcellos Revista.
- CASTILLO, Angel Montes del (1989), *Simbolismo y Poder: Un Estudio Antropológico sobre Compadrazgo y Priostazgo en Una Comunidad Andina*, Barcelona, Anthopos.
- CASTRO, Armando (1978), *História Económica de Portugal*, II, Lisboa, Caminho.
- CASTRO, Armando (1980), *Estudos de História Sócio-Económica*, Porto, Limiar.
- CAUSI, Luciano Li (1975), «Anthropology and ideology: the case of patronage in Mediterranean societies», in *Radical Science Journal*, 1.
- COELHO, Maria Helena Cruz (1984), «A terra e os homens da Nóbrega à luz das inquirições», in *Colóquio sobre Terras de Nóbrega*, Ponte da Barca.
- COHEN, Abner (1969), «Political anthropology: the analysis of the symbolism of power relations», in *Man*, 4, 2, 215-235.
- CORBIN, John (1979), «Social class and patron-clientage in Andalusia: some problems of comparing ethnographies», in *Anthropological Quarterly*, vol. 52, 2, 99-114.
- COSTA, Joaquin (1984), *Oligarquía y Caciquismo, Colectivismo Agrario y Otros Escritos*, Madrid, Alianza Editorial.
- CRUZ, Eduardo Cerqueira Machado (1985), *Escritos Inéditos ou Dispersos*, Ponte da Barca, Maia Lopes.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAVIS, John (1977), *People of Mediterranean: an Essay in Comparative Social Anthropology*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- EISENSTADT, Samuel N., e Luis RONIGER (1984), *Patrons, Clients and Friends*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ELIAS, Norbert [1982 (1939)], *Het Civilisatieproces*, Utreque, Het Spectrum.

- ELIAS, Norbert (1980), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70.
- ESTÊVÃO, João A. (1983), «A florestação dos baldios», in *Análise Social*, 77-78-79, 1157-1260.
- ETIENNE, Bruno (1977), «Clientelisme in Algeria», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 291-307, Londres, Duckworth.
- FOSTER, Georges (1967), «Peasant Society and the Image of Limited Good», in J. M. Potter, M. N. Diaz e G. Foster (orgs.), *Peasant Society*, 300-323, Boston, Little, Brown and Company.
- FRANK, A. Gunder (1967), «Sociology of development and the underdevelopment of sociology», in *Catalyst*, 3, University of Buffalo.
- FRIEDRICH, P. (1968), «The legitimacy of a cacique», in M. Swartz (org.), *Local-Level Politics*, Chicago, Aldine, 1968, 243-269.
- GALJART, Benno F. (1964), «Class and 'following' in rural Brasil», in *América Latina*, 7, 3-24.
- GALJART, Benno (1969), «Patronage als integratie mechanisme in Latijns America», in *Sociologische Gids*, 1, 402-419.
- GILMORE, David (1977), «Patronage and class conflict in southern Spain», in *Man*, vol. 12, 3-4, 446-458.
- GILSENAN, Michael (1977), «Against patrons-client relations», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 167-183, Londres, Duckworth.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris, Minuit.
- HOBBSBAWN, Eric (1973), «Peasants and politics», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, 1, 3-22.
- HUIZER, Gerrit (1965), «Some notes on community development and rural social research», in *América Latina*, 8, 142-143.
- HUIZER, Gerrit (1969), «The role of patronage in the peasant political struggle in Latin America», in *Sociologische Gids*, 1, 411-418.
- IONESCU, Ghita (1977), «Patronage under communism», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 97-102, Londres, Duckworth.
- KAUFMAN, R. (1974), «The patron-client concept and macro-politics: prospects and problems», in *Comparative Studies in Society and History*, 16, 3, 284-308.
- KENNY, M. (1962), *A Spanish Tapestry: Town and Country in Castile*, Bloomington, University of Indiana Press.
- KERTZER, David I. (1980), *Comrades and Christians*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LERNER, D. (1958), *The Passing of Traditional Society, Modernizing the Middle East*, Nova Iorque, The Free Press.
- LOIZOS, Peter (1977), «Politics and patronage in a Cypriot village, 1920-70», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 115-135, Londres, Duckworth.
- LOPES, Fernando Farelo (1991), «Caciquismo e política em Portugal», in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 9, 127-137.
- MACIEL, J. (org.) (1982), *Vale do Neiva. Subsídios Monográficos*, Barcelos.
- MATTOSO, José (1985), *Identificação de um País*, Lisboa, Estampa.
- MAUSS, Marcel [1950 (1925)], «Essai sur le don», in *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF.
- MIGDAL, Joel (1974), *Peasants, Politics and Revolution*, Princeton, Princeton University Press.

- MINTZ, Sidney, e Eric Wolf (1967), «An analysis of ritual co-parenthood (compradazgo)», in J. M. Potter, M. N. Diaz e G. Foster (orgs.), *Peasant Society*, Boston, Little, Brown and Company, 300-323.
- MOORE, Barrington, Jr. (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Boston, Beacon Press.
- MOUZELIS, Nicos (1978), «Class and clientelistic politics», in *The Sociological Review*, 26, 471-497.
- MOZZICAFREDO, Juan, et al. (1990), «O grau zero do poder local», in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, actas do I Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fragmentos.
- PARSONS, Talcot (1953), «A revised analitical approach to the theory of social stratification», in R. Bendix e S. Lipset (org.), *Class, Status and Power*, 92-128, Nova Iorque, Free Press, Londres, Collier Macmillan.
- PARSONS, Talcot (1964), «Evolutionary universals of society», in *American Sociological Review*, vol. 29, 339-357.
- PARSONS, Talcot, e W. White (1961), «The link between character and society», in S. M. Lipset e L. Lowenthal (orgs.), *Culture and Social Character, the Work of David Riesman Reviewed*, 89-135, Nova Iorque, Free Press.
- PETERS, Emrys Lloyd (1977), «Patronage in Cyrenaica», in E. Gellner e J. Waterbury (orgs.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 275-290, Londres, Duckworth.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento.
- PITT-RIVERS, Julian (1958), «Ritual kinship in Spain», in *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 2, 20, 424-431.
- PITT-RIVERS, Julian [1971 (1954)], *The People of Sierra*, Chicago, Chicago University Press.
- POPKIN, Samuel (1979), *The Rational Peasant*, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press.
- POWELL, John D. (1970), «Peasant society and clientelist politics», in *American Political Science Review*, 64, 2, 411-426.
- REDFIELD, Robert [1973 (1956)], *The Little Community. Peasant Society and Culture*, Chicago, The University of Chicago Press.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1979), «Camponeses e política no Portugal de Salazar», in *Análise Social*, 59, vol. xv, Lisboa, 1979, 503-523.
- ROGERS, Everett (1969), *Modernisation Among Peasants: the Impact of Communication*, Nova Iorque, Holt, Rinehart.
- ROMERO-MAURA, J. (1977), «Caciquismo as a political system», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 53-62, Londres, Duckworth.
- SAHLINS, Marshal D. (1960), «Political power and the economy in primitive society», in G. E. Dole e R. L. Carneiro (orgs.), *Essays in the Science of Culture*, Nova Iorque, Thomas Crowel Company, 390 e segs.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1982), «O direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10, 9-40.
- SAYARI, Sabri (1977), «Political patronage in Turkey», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 103-113, Londres, Duckworth.

- SCHNEIDER, P., J. Schneider e E. Hansen (1972), «Modernisation and development: the role of regional elites and non-corporate groups in the European Mediterranean», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 14, 328-350.
- SCOTT, James (1969), «Corruption, machine politics and political change», in *American Political Science Review*, vol. 63, 4, 1142-1159.
- SCOTT, James (1976), *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- SCOTT, James (1977), «Patronage or exploitation?», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 21-39, Londres, Duckworth.
- SHANIN, Theodor (1971), «Peasantry as a political factor», in T. Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, 238-263, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books.
- SILVA, Manuel Carlos, e Marga van Toor (1982), *Verzet van kleine boeren in Noord Portugal*, trad. português sob o título *Sobreviver e Resistir como Camponeses*, Amsterdão, Universidade de Amsterdão.
- SILVA, Manuel Carlos, e Marga van Toor (1988), «Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, pp. 51-80.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), «Camponeses nortenhos: 'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência», in *Análise Social*, vol. 23, 97, 407-445.
- SILVA, Manuel Carlos (1989), «Economia, campesinato e 'Estado Novo'», in *Ler História*, 15, 111-155.
- SILVERMAN, Sydel F. (1967), «The community-nation mediator in traditional central Italy», in J. Potter, M. Potter, M. N. Diaz e G. M. Foster (org.), *Peasant Society*, 279-293, Little Brown and Company.
- SILVERMAN, Sydel F. (1968), «Agricultural organisation, social structure and values in Italy: amoral familism reconsidered», in *American Anthropologist*, 70, 1-20.
- SILVERMAN, Sydel F. (1970), «Exploitation» in rural central Italy: structure and ideology in stratification study», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 12, 327-339.
- SOBRAL, José Manuel (s. d.), «Prefácio», in *Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte, Finda a Guerra em 1847*, Lisboa, Rolim.
- SOBRAL, José Manuel, e Pedro Tavares de Almeida (1982), «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, vol. xviii, 72-74, 649-672.
- SOIFFER, Stephen M., e Gary N. Howe (1982), «Patrons, clients and the articulation of modes of production: an examination of the penetration of capitalism into peripheral agriculture in northeastern Brasil», in *Journal of Peasant Studies*, vol. 9, 176-206.
- TIPPS, D. C. (1973), «Modernisation theory and comparative study of societies: a critical perspective», in *Comparative Studies in Society and History*, 15, 199-226.
- TOENNIES, Ferdinand (1953), «Estates and classes», in R. Bendix e S. M. Lipset (org.), *Class, Status and Power*, Nova Iorque, Free Press, Londres, Collier Macmillan, 49-63.

- THOMAS, William, e Florian Znaniecki [1984 (1918)], *The Polish Peasant in Europa and America*, Urbana, The University of Illinois Press.
- WATERBURY, John (1977), «An attempt to put patrons and clients in their place», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 329-342, Londres, Duckworth.
- WEBER, Max (1953), «Class, 'status' and party», in R. Bendix e S. M. Lipset (org.), *Class, Status and Power*, 20-24, Nova Iorque, Free Press, Londres, Collier Macmillan.
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, California, University of California Press.
- WEINGROD, Alex (1968), «Patrons, patronage and political parties», in *Comparative Studies in Society and History*, 10, 377-400.
- WEINGROD, Alex (1977), «Patronage and power», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 41-51, Londres, Duckworth.
- WERTHEIM, W. (1969), «Patronage als structureel verschijnsel», in *Sociologische Gids*, 1, 362-364.
- WERTHEIM, W. (1971), *Evolutie and Revolutie*, Amsterdão, Van Gennep.
- WHITE, Caroline (1980), *Patrons and Partisans*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WOLF, Eric (1955), «Types of Latin American peasantry: a preliminary discussion», in *American Anthropologist*, 57, 1065-1078.
- WOLF, Eric (1966), *Peasants*, Nova Jérsea, Prentice Hall, INC.
- WOLF, Eric (1967), «Closed corporate peasant communities in MesoAmerica and Central Java», in J. M. Potter, M. N. Diaz e G. M.G. Foster (org.), *Peasant Society*, 230-246, Boston, Little, Brown and Company.
- WOLF, Eric [1980 (1966)] «Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas», in M. Banton (org.), *Antropologia Social de las Sociedades Complejas*, 19-39, Madrid, Alianza.
- ZUCKERMAN, Alan (1977), «Clientelistic politics in Italy», in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 63-79, Londres, Duckworth.